

**cR** | Centro  
de Referência  
Paulo Freire



Instituto Paulo Freire

**Este documento faz parte do acervo do  
Centro de Referência Paulo Freire**

**[acervo.paulofreire.org](http://acervo.paulofreire.org)**



### ALFABETIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA CRÍTICA EM PAULO FREIRE

Admardo Serafim de Oliveira

Doutor em Filosofia da Educação  
Professor: Universidade Federal – Espírito Santo

Este trabalho se propõe a uma análise crítico-reflexiva sobre alfabetização, a partir de pressupostos apresentados por Paulo Freire a respeito do assunto e de experiências próprias vivenciadas pelo autor.

#### INTRODUÇÃO

A proposta pedagógica de Paulo Freire é fazer com que o indivíduo seja capaz de realizar a passagem de um nível de consciência mágico-ingênua para um estágio de consciência crítica, de modo que ele leia criticamente a realidade e escreva a sua própria história. Este objetivo é alcançado através de uma ação educativa problematizadora que constitui o próprio processo de conscientização. O homem não se vê mais numa situação ontológica dicotomizadora entre **ser** e **não ser**, antes vê-se ante uma nova condição de **ser** e **ser mais**. Como Freire tem dedicado grande parte de suas atividades a uma análise da alfabetização, torna-se necessário, antes de tudo, um exame do que têm sido as tradicionais campanhas de alfabetização e a sua compreensão do processo de aquisição da leitura e da escrita.

Etimologicamente, o prefixo **an** é carregado de um forte teor negativista. Assim, **a priori**, quando alguém é visto como analfabeto, se estabelece uma profunda e radical diferença entre sua existência negativa e a existência plena dos demais. Furter (1975: 29-30) analisa o analfabeto como um ser desconhecido, estranho, marginalizado e sub-humano. Ele não é tido como pessoa, mas como suporte para uma negação. Perguntar a alguém: "Você é anal-

Mas nem tudo está perdido. Evidentemente, quando se instala um novo governo, a situação contextual da Nação deve ter merecido acurado exame e o diagnóstico há de apontar, sem dúvida, a exigência premente de uma política educacional mais atuante, voltada para a realidade brasileira. Se não, há que se perguntar, "a quem e a que serve a educação que há, hoje, no Brasil e quais as conseqüências da política educacional aplicada até agora (Pedroso et alii, 1989, p. 117).

Convimos que todos os problemas da educação e do ensino são graves e merecem consideração perdurável, mas nenhum é tão relevante quanto a formação de professores, eis que a eles está afeta a educação do patrimônio mais valioso da Nação que é a sua infância e juventude.

Por tudo isso, ancoramo-nos na esperança de que os planos de governo, para Educação Brasileira, contemplem a Universidade, como é de sua natureza e essência, para cumprir sua função cultural, educacional e científico-tecnológica. Esta função é também formadora porque a ela está vinculado o saber pedagógico em que se inclui o ensino, a formação do educador, a difusão cultural e a formação do cidadão.

A Revista Educação deseja, com todo seu empenho, realizar uma contribuição consciente à Educação Brasileira, através da qualidade de seu conteúdo, na perspectiva que se descortina de um novo Brasil.

#### A Direção

fabeto ou não?" significa "Você existe ou não?" Analfabetos existem apenas para servir de resposta a uma negação. Não há, pois, distinção entre eles, já que todos são reduzidos ao mesmo denominador comum: analfabetos. Por causa deste tratamento pejorativo, eles aparecem como sendo um "mal social", que tem de ser extirpado o mais breve possível. Na verdade, isto pode ser visto como má aplicação do raciocínio Hegeliano: neguemos a negação e os frutos da afirmação logo aparecerão. Neste tipo de raciocínio é que se encontram as razões que embasam as tradicionais campanhas de alfabetização e a refutação de Freire a elas.

### A REFUTAÇÃO DE FREIRE ÀS TRADICIONAIS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO

De início, desejamos esclarecer que algumas questões sempre perturbaram Freire quanto às razões de se combater o analfabetismo. Entre estas razões basta mencionar:

1) o aumento do nível educacional e cultural das populações iletradas;

2) a integração de grandes massas oriundas das culturas orais aos valores e padrões das culturas letradas;

3) a previsão de substituição do saber popular pelo saber técnico-científico, que leva o indivíduo a assumir seu papel no desenvolvimento da sociedade;

4) o fato de que o analfabetismo se acha diretamente relacionado com prestígio nacional e o que importa não é sua função social, mas o que ela representa para a comunidade internacional;

5) a ingênua crença de que a simples aprendizagem da leitura e da escrita está vinculada automaticamente a melhores condições de vida das classes populares. Diz Freire:

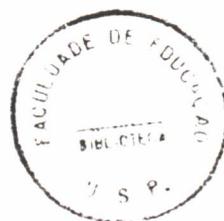
"Esta ingenuidade (...) revela a incapacidade de percepção do analfabetismo em suas implicações políticas e sociais, de que resulta a sua redução a algo estritamente lingüístico. Daí que, numa tal perspectiva, não se apreendam as relações entre o analfabetismo e as estruturas da sociedade. É como se o analfabetismo fosse um fenômeno a parte da

realidade concreta ou a expressão da inferioridade intrínseca de certas classes ou grupos sociais. Incapaz de apreender o analfabetismo contemporâneo diretamente ligado à realidade da dependência, este enfoque não pode dar uma resposta crítica ao desafio que ele coloca. A mera aprendizagem da leitura e da escrita não faz milagres. Não é ela, em si mesma, a que cria empregos". (1984, p.45-6)

Estas razões foram o ponto de partida do combate de Freire às tradicionais campanhas de alfabetização, porque elas não levavam em conta os aspectos políticos de uma sociedade opressora. Os métodos e técnicas dessas campanhas garantiam uma escolarização transmissora da ideologia das classes dominantes. Para Freire, o problema dessas campanhas é que elas "idealizam a alfabetização" conferindo-lhes um poder que, de fato, não possuem. A questão que se levanta é a de como colocar todas essas campanhas a serviço das classes dominadas e como lidar com analfabetos como pessoas capazes de ser agentes das transformações sociais. Freire vê por detrás dessas campanhas o propósito de dominação, por se encontrarem fundamentadas em bases assistencialistas e sem nenhuma referência à ordem social e política. Não há, pois, nenhuma separação entre o analfabetismo e as estruturas de opressão. A questão do analfabetismo só será resolvida quando as causas que geram a opressão, forem de vez abolidas. Na verdade, para Freire, isto não é bem assim:

"Aceitando-se os analfabetos como homens e mulheres à margem da sociedade, sem compreendê-los como classe dominada, termina-se por tomá-los como homens e mulheres enfermos para quem o remédio seria a alfabetização que permitiria seu regresso à estrutura 'saudável' de que se encontram separados. Os educadores, por sua vez, serão vistos como conselheiros humanitários, infatigáveis nas suas andanças pelos arredores da cidade, convencendo os pertinazes analfabetos de que devem voltar ao seio da felicidade abandonada, de posse da palavra que os educadores lhes 'presenteiam'". (1984, p.47-8)

Evidentemente este conceito de alfabetização não visa à



transformação social e à superação da sociedade opressora atual. Esta modalidade de alfabetização não questiona as causas que privam as pessoas de seus direitos de dizerem as suas próprias palavras e participarem de sua própria história. Mesmo que seu objetivo fosse outro, jamais poderia se concretizar, visto tratar o analfabeto como sendo um ser para o outro ser marginalizado e oprimido por uma estrutura social desumana. Portanto, não fazem sentido as discussões sobre a alfabetização sem se pensar sobre a radical transformação da sociedade.

Além do mais, os "métodos" utilizados pelas campanhas tradicionais reforçam o aspecto "digestivo" do conhecimento.

"Desta forma" – diz Freire – "esvaziada de seu caráter lingüístico, constitutivo do pensamento-linguagem dos seres humanos, a palavra é transformada em mero 'depósito vocabular' – o 'pão do espírito', que os alfabetizando devem comer e digerir (...) Se milhões de homens e mulheres estão analfabetos, 'famintos de letras', sedentos de palavras, a palavra deve ser levada a eles e elas para matar a sua 'fome' e sua 'sede'. Palavra que deve ser 'depositada' e não nascida do esforço criador dos alfabetizando". (1984, p. 44-5)

Resulta daí que o material utilizado por estas campanhas é inspirado na idéia de que o alfabetizando possui uma consciência mágico-ingênua e que o papel do alfabetizador é simplesmente a de encher a consciência do analfabeto com palavras também mágicas e alienadas e destituídas de conotação política. Sob tais circunstâncias, a alfabetização se reduz a um ato mecânico de 'depositar' letras, sílabas e palavras. Freire escreve: "Escrita e lida, a palavra é como se fosse um amuleto, algo justaposto ao homem que não a diz, mas simplesmente a repete. Palavra quase sempre sem relação com o mundo e com as coisas que nomeia". (1984, p. 13)

Ao rejeitar esta metodologia mecanicista, Freire propõe um novo quefazer para a alfabetização em que os analfabetos, ao serem capazes de ler a palavra, sejam também capazes de ler criticamente a sua existência social. Inicia-se, assim, o processo de "des-

pertamento" da consciência, numa alfabetização ligada à democratização da cultura. Nas palavras de Freire:

"Numa alfabetização que fosse em si um ato de criação, capaz de desencadear outros atos criadores. Numa alfabetização em que o homem, porque não fosse seu paciente, seu objeto, desenvolvesse a impaciência, a vivacidade, característica dos estados de procura, de invenção e reivindicação". (1986, p. 104)

Vista sob este ângulo, a alfabetização em Freire se constitui em uma proposta macro-social de leitura crítica da realidade. A aquisição da consciência crítica não é, portanto, uma conquista puramente individual. A transformação da estrutura social não se prende à conversão da consciência individual. Ao contrário, é a consciência coletiva a responsável pela transformação social. Por este motivo é que Freire vê a alfabetização como sendo uma

"ação cultural, o que significa, nesta visão ampla de sua compreensão, que ela deve ser, sobretudo, um esforço de 'leitura' e de 're-leitura' da realidade, no processo de sua transformação. Na verdade, o domínio sobre os signos lingüísticos escritos, mesmo pela criança que se alfabetiza, pressupõe uma experiência social que o precede – a da leitura do mundo". (1984, p. 74-5)

Embora não negue a importância do aspecto subjetivo na aquisição da consciência crítica, a ênfase de Freire jaz no fato de que o processo de mudança social só se efetivará dialeticamente, ou seja, quando os aspectos objetivo e subjetivo, convergindo-se, pondo e opondo-se, visem à transformação social. Conseqüentemente, qualquer experiência que se faça no campo da alfabetização como ação cultural para a libertação resulta, inevitavelmente, na descoberta, por parte dos alfabetizando, da importância do ato de ler a palavra e a realidade social.

Prosseguindo neste raciocínio, Freire desenvolveu o conceito de conscientização como um meio de humanização das massas analfabetas. Sua proposta de alfabetização engendra, pois, um processo de transformação social por meio da aquisição da consciência crítica do alfabetizando. Sua intenção é contribuir para que o in-



divíduo venha a desvelar criticamente o seu meio histórico-cultural e, assim, lutar por sua transformação. Segundo Freire, os analfabetos não vêm à escola para receber os conteúdos do saber que os alfabetizadores lhes preparam. Pelo contrário, eles vêm à escola para ajudar os alfabetizadores a tornarem-se melhores alfabetizadores, pois sem eles este aprendizado não seria possível. "Desta forma, desde o começo, os alfabetizandos seriam chamados a assumir o papel de sujeitos no processo de sua aprendizagem em que eles, igualmente, ensinavam algo". Por estar fundamentado numa ação educativo problematizadora, a alfabetização em Freire evita a manipulação por parte do educador de fazer escolhas do conteúdo, sem considerar o educando como agente também deste processo. Um dos aspectos importantes de seu sistema de alfabetização consiste em ensinar os alfabetizandos a fazerem suas próprias escolhas sobre o conteúdo a ser desenvolvido. Qualquer escolha, porém, implica uma ação iminente. Por isso diz Freire:

"Se nossa escolha ideológica for a libertação, então o processo de alfabetização é algo mais do que ensinar os alfabetizandos a ler e escrever técnica e mecanicamente. O que é fundamental na alfabetização consiste em desafiar os alfabetizandos a descobrirem que o que importa não é ler e escrever histórias alienadas, mas fazer a sua própria história". (1971, p. 81)

Portanto, a proposta de alfabetização de Freire não é um discurso apenas sobre a libertação, mas sim uma ação que visa à libertação aqui e agora. O processo ensino-aprendizagem constitui-se em um modo de formação da consciência crítica, o que faz da libertação uma busca constante e não uma simples aspiração. Neste processo a síntese entre teoria e prática se concretiza de modo evidente. Daí que para Freire a alfabetização eficaz é aquela cujo conteúdo é dialético e se encontra relacionada com as necessidades do educando.

"O ato de conhecimento posto em prática por uma tal educação se dá na unidade da prática e da teoria, por isso mesmo não pode prescindir, cada vez mais, de ter no trabalho dos educandos e dos educadores sua fonte". (1984, p. 45)

Uma ação alfabetizadora para a libertação não se refere a um conceito puramente teórico originado de especulações que nada têm a ver com a realidade concreta dos alfabetizandos. Por esta razão é que a origem da proposta de alfabetização, em Freire, é encontrada na sua própria prática como um educador profundamente comprometido com o destino das massas populares. Através delas e com elas é que ele aprendeu como ensiná-las. Com elas e entre elas, lhe foi possível elaborar o seu sistema de alfabetização como todo o seu pensamento educacional. Assim, alfabetizadores e educadores de um modo geral que queiram trabalhar a proposta pedagógica de Freire, têm antes de tudo de questionar a si mesmos:

"Se realmente crêem no povo, nos homens simples, nos camponeses. Se realmente são capazes de comungar com eles e com eles 'pronunciar' o mundo". (...) Caso contrário, serão "no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador da e para as transformações radicais". (1985, p. 93)

Portanto, a alfabetização como prática da libertação plena só tem sentido em virtude de suas relações com a luta concreta dos alfabetizandos por melhores condições de vida. Isto significa que muitos deles poderão encontrar nesta ação alfabetizadora um ponto de partida para a luta por libertação. Ora, quando se pensa numa alfabetização como prática da libertação vê-se obrigado a reconhecer o seu oposto, ou seja, uma alfabetização como prática de dominação. Daí que para Freire é necessário que os alfabetizandos

"tomem a cotidianeidade como objeto de sua reflexão. 'Tomar distância' da cotidianeidade em que geralmente se acham 'imersos', atribuindo, não raro, aos fatos que nela se dão uma 'legalidade' intocável, é um passo indispensável para a 'emersão' dela de seu desvelamento". (1984, p. 59)

Contudo, a alfabetização, em Freire, não é um meio de adaptar os alfabetizandos à ordem social vigente, mas trata de um modo de despertá-los para a realidade de opressão a que estão submetidos. Sua meta é levá-los à recuperação de sua própria identidade cultural e torná-los responsáveis pela sua própria história. Só neste



sentido é que se entende a ação alfabetizadora de Freire como uma ação cultural para a libertação. Daí a sua afirmação:

“Importa-nos, pois, a educadores e educandos militantes, enquanto sujeitos que nos ‘movemos’ no mundo, assumir o papel de sujeitos conhecedores do mundo que transformamos e em que nos movemos. Importa-nos, fundados na análise crítica de nossa prática, ir alcançando um conhecimento cada vez mais rigoroso da realidade em transformação”. (1984, p.155)

Além de refutar as campanhas tradicionais de alfabetização pelas razões já expostas, Freire também rejeita o uso das cartilhas empregadas não só nessas campanhas como ainda as utilizadas na alfabetização de crianças nas escolas de ensino formal.

#### A REFUTAÇÃO DE FREIRE ÀS CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO

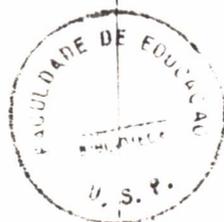
Uma ação alfabetizadora genuína, segundo Freire, leva os alfabetizandos a serem capazes de expressar suas próprias experiências como autores de sua própria história. Ao atingirem o nível de consciência crítica, eles são impelidos a se engajarem em atividades de maior significância. O ato de ler exige algo mais do que a aquisição de simples habilidades psicomotoras para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Isto implica também a capacidade dos alfabetizandos de dominar as técnicas da leitura e da escrita em termos de uma compreensão crítica e da comunicação gráfica e oral do que lêem e escrevem. Não se trata, pois, de simples memorização mecânica e visual de sentenças, palavras e sílabas desvinculadas de uma realidade concreta.

“Daí” — diz Freire — “que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza. Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfa-

beta, apenas com a colaboração do educador”. (1986, p.111)

Esta proposta de alfabetização só se efetiva, pois, se a própria ação pedagógica estiver alicerçada no diálogo mútuo entre alfabetizador e alfabetizando. Isto significa, em outras palavras, a substituição da prática educativa antidialógica e autoritária pela prática educativa dialógica e participativa. É neste contexto que Freire sugere, ao invés das cartilhas, a preparação dos “cadernos de alfabetização”. Deve-se, porém, observar que os textos contidos nesses cadernos não podem ser utilizados para uma leitura puramente mecânica, “no qual o alfabetizador vai depositando sua palavra nos alfabetizandos, como se seu corpo consciente fosse um depósito vazio a ser enchido por aquela palavra” (Freire, 1984, p.91) Não é de se estranhar, pois, que alguns desses textos tenham se originado entre os próprios alfabetizandos que se tornaram, portanto, autores dos seus próprios textos de leitura. Como exemplo disto, existe o texto publicado em Montevidéu em 1968, sob o título **Se vive como se puede**. Seu conteúdo, que retrata a situação concreta da realidade de seus autores, surgiu de gravações tomadas de aulas de alfabetização de um “Círculo de Cultura” da periferia da capital uruguaia.

A razão principal que levou Freire a refutar as cartilhas de alfabetização está precisamente em sua metodologia mecanicista. Entre essas cartilhas há, pelo menos, duas exceções dignas de nota: (1) no Brasil, entre 1962-63, um grupo de educadores do MEB — Movimento de Educação de Base patrocinado pela CNBB — Conferência Nacional de Bispos do Brasil, elaborou e publicou a cartilha **Viver é lutar**, apreendida pelo governo do então Estado da Guanabara, em fevereiro de 1964; (2) no Chile, a despeito de alguns problemas de ordem gráfica, a “Jefatura de Planos Extraordinários de Educación de Adultos” do Ministério da Educação, organizou e publicou, em 1964, a coleção ESPIGA. Entretanto, de modo geral, as cartilhas, segundo Freire (1986, p.111-2) “pretendem a montagem da sinalização gráfica como uma doação” e reduzem os alfabetizandos a objetos da própria ação alfabetizadora. Para evitar que isto ocorra, torna-se necessário reduzir o número das chamadas “palavras geradoras”, isto é, “palavras que, decom-



postas em seus elementos silábicos, propiciam, pela combinação desses elementos, a criação de novas palavras”.

Devido à sua metodologia mecanicista, a aprendizagem da leitura e da escrita por intermédio dessas cartilhas se torna um processo monótono e cansativo. Ao depositar palavras alheias nos alfabetizandos, elas limitam a sua capacidade de pronunciar suas próprias palavras como sujeitos também do processo ensino-aprendizagem. Segundo Freire essa “ladainha monótona implica sobretudo uma falsa concepção do ato de conhecer. “Repete, repete, que tu aprendes” é um dos princípios desta falsa concepção do ato de conhecer” (1984, p.91-2). Portanto, esta metodologia mecanicista utilizada pelas cartilhas de alfabetização castra a criatividade dos educandos e reforça a sua domesticação. Freire indaga, por exemplo, o que se pode esperar de camponeses ou operários urbanos quanto à sua participação na transformação social por meio de uma ação alfabetizadora que lhes exige repetir várias e várias vezes: “Eva viu a uva”, “Pedro gosta de carne de ovelha”, “Maria adora pêsegos em calda”, “Odete comeu empadas de camarão”, etc. Em suma, lições que falam de certas comidas a homens e mulheres que nunca as podem, de fato, comer. De acordo com Freire (1984, p.15), essas lições acabam “reforçando o ‘silêncio’ em que se acham as massas populares dominadas pela prescrições de uma palavra veiculadora de uma ideologia da acomodação”. Uma ação alfabetizadora como tal jamais poderá “constituir-se como um instrumento auxiliar da transformação da realidade”.

Outro fato a ser ressaltado é que essas cartilhas são, muitas vezes, usadas indiscriminadamente, tanto na alfabetização de adultos quanto na de crianças. Assim, a maioria delas reflete uma linguagem inadequada à faixa etária a que se destina. Isto constitui um obstáculo a mais à aquisição da consciência crítica dos alfabetizandos, condenando-os a viverem no que Freire denomina de “cultura do silêncio”. Diz ele:

“Submetidos aos mitos da cultura dominante, entre eles o de sua ‘natural inferioridade’, não percebem, quase sempre, a significação real de sua ação transformadora sobre o mundo. Dificuldades em reconhecer a razão de ser dos fatos que os envolvem, é natural que muitos, entre eles, não estabele-

çam a relação entre não ‘ter voz’, não ‘dizer a palavra’, e o sistema de exploração em que vivem” (1984, p.49-50)

Os resultados obtidos por uma ação alfabetizadora como esta, nos levam a concluir que muitos analfabetos (no sentido literal do termo) continuam analfabetos politicamente. Em muitos casos, como a experiência do MOBREAL constata, um grande índice desses ex-analfabetos regridem ao estado de analfabetismo absoluto. Por outro lado, isto ocorre porque muitos deles são provenientes de culturas não letradas. Mesmo, como em casos esporádicos, quando se obtêm alguns resultados positivos, estes novos “leitores” continuam vivendo a serviço das classes dominantes e a elas submetidos. Daí resulta a constatação de Freire

“Se o sistema educacional segue o modelo elitista, verbalista, autoritário, que satisfaz os interesses (das classes dominantes), embora reformado neste ou naquele ponto, a alfabetização..., não importa a orientação que tenha, terminará por ser uma via de acesso para alguns aos privilégios que o sistema defenderá”. (1984, p.124)

## CONCLUSÃO

Fomentando este tipo de prática alfabetizadora por intermédio das tradicionais campanhas de alfabetização e com a utilização de cartilhas e textos desvinculados da realidade concreta dos alfabetizandos, as classes dominantes cimentam a sua ideologia e garantem, assim, seus privilégios como classe dos que tem. Quanto a estes, escreve Freire:

“Nesta ânsia irrefreada de posse, desenvolve em si a convicção de que lhe é possível transformar tudo em seu poder de compra. Daí a sua concepção estritamente materialista da existência. O dinheiro é a medida de todas as coisas. E o lucro, seu objetivo principal. Por isso é que para os opressores, o que vale é ter mais e cada vez mais, a custo, inclusive, do ter menos ou do nada ter dos oprimidos. Ser para eles, é ter e ter como classe que tem”. (1985, p.49)



Por outro lado, as classes dominadas, agora "alfabetizadas", continuam atribuindo as causas de suas péssimas condições de vida ao fatalismo e não às estruturas sociais responsáveis pela opressão. Por conseguinte, estas são as razões de Freire refutar não só as tradicionais campanhas de alfabetização bem como as cartilhas utilizadas nas atuais salas de alfabetização. Conclui-se, pois, que uma verdadeira ação alfabetizadora que vise à libertação das classes oprimidas constitui-se num esforço permanente das massas populares com a liderança revolucionária na luta pela conquista de sua palavra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 16ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- *Cartas à Guiné-Bissau*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- *Extensão ou comunicação*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- *Pedagogia do oprimido*. 15ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- *By learning the can teach*. *Convergence*, Toronto, 6(1):78-84, 1971.
- FURTER, Pierre. *Educação permanente e desenvolvimento cultural*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1975.



## SOBRE A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NOS CURSOS DE LICENCIATURA. SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS.

Lucinda Maria Lorenzoni

Mestre em Educação

Professora: Pós-Graduação em Educação – PUCRS

O presente estudo faz uma reflexão crítica sobre a importância dos Cursos de Licenciatura e seus reflexos na formação do professor-educador, com proposições quanto a sua operacionalidade futura e conseqüente melhoria.

"O papel do educador não consiste tanto em que ele seja um detentor de altíssima ciência ou um malabarista dos métodos pedagógicos, quanto em ser alguém capaz de realizar uma obra humana." (Japiassu, 1983) Bem mais próximo do ensinar a 'aprender a aprender' ele pode fazer do "seu ensino um meio de favorecer e de desenvolver a inventividade e a reflexão do educando, despertando-lhe o espírito de busca, o gosto pela descoberta, e a insatisfação fecunda pelo saber..." (Japiassu, 1983), com a intenção de formar a sua inteligência.

Poder-se-ia colocar estas reflexões, também, na perspectiva do professor de um Curso de Licenciatura, em relação a seus alunos que

"se ele tem algo a lhes ensinar, este ensino consiste em levá-los a compreender que eles mesmos devem assumir a sua própria educação; cabe a eles fazer de sua formação sua obra fundamental e original, única e intransferível. Ensinar a aprender, a se construir ou a se reconstruir, eis o papel do professor". (Japiassu, 1983)

## O QUE É

Quando se analisa a evolução histórica da formação do professor, no Brasil, parece difícil compreender a ambigüidade das

Educação	Porto Alegre	Ano XIII	nº 18	1990	p. 19-29
----------	--------------	----------	-------	------	----------